

CAPÍTULO 4

Passado, presente e futuro da educação de adultos no Alentejo

Um olhar a partir do percurso de uma associação de desenvolvimento local - o caso da Rota do Guadiana

Filomena Machado

Centro Novas Oportunidades da Rota do Guadiana –
Associação para o Desenvolvimento Integrado (Serpa)

“A reflexão sobre educação de adultos não se esgota, contrariamente ao que muitas vezes se pensou, nos métodos mais adequados para dar aos adultos a escola que não tiveram na infância. É uma reflexão muitíssimo mais vasta – hoje, mas também no passado – o que integra toda a educação e todo o ensino, nas “fórmulas” e na “fôrmas” que a sociedade e o Estado consagraram nos últimos cem anos¹”

A pedido da Universidade de Évora, procuramos no texto abaixo proceder a uma reflexão sobre o «passado, presente e futuro da educação de adultos no Alentejo». Tarefa difícil e que nos obriga, em primeiro lugar, a situar esse passado e a contextualizá-lo. Muitos e bons investigadores nacionais já escreveram sobre a história da educação de adultos em Portugal e no Alentejo. A própria Universidade de Évora tem-se dedicado a estas matérias quando organiza anualmente o congresso Aprender no Alentejo. Não nos cabe portanto aqui fazer uma retrospectiva do que se tem feito por este território imenso em termos de educação de adultos, mas tão só reflectir sobre este campo a partir da experiência que a Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Local tem desenvolvido nos seus quase 20 anos de existência²

A educação de adultos como campo de investigação e prática de intervenção no desenvolvimento local

Uma *primeira nota de reflexão* diz respeito ao próprio conceito de educação de adultos como campo de investigação e prática de intervenção. Concordando com Cármen Cavaco(2002), também para nós o termo educação de adultos “apresenta-se polissémico, pois compreende um conjunto de modalidades e situações educativas muito amplas e distintas” e é entendido “como sendo a totalidade dos processos educativos que estão presentes ao longo da vida.

¹ In Canário, 1999, p.4

² Em Outubro de 2012, a Rota do Guadiana celebrará 20 anos

Neste sentido, inclui a alfabetização, o ensino recorrente, a formação profissional, a educação extra-escolar, ou seja, todas as modalidades educativas, quer sejam formais, não formais ou informais”³. Ainda de acordo com esta autora e outros (Nóvoa, Canário) parece consensual que “de uma visão mais restrita, cingida à alfabetização e ao ensino recorrente, se passou para uma visão mais alargada e diversificada, integrada nas estratégias de desenvolvimento. Neste sentido, a educação de adultos passou a ser entendida na sua dimensão mais vasta, em que “«formar-se» não é algo que se possa fazer num lugar à parte. Bem pelo contrário, é um processo que se confunde com a própria vida dos adultos” (Nóvoa, in Cavaco, 2002, p.19⁴). Ora também no caso da Rota do Guadiana, a educação de adultos esteve presente e pode ser testemunhada desde os primeiros passos, quando então um grupo de pessoas voluntariamente se juntou para constituir uma associação. Nos primeiros cartazes então editados pela associação podia ler-se “Aposte na Terra, Acredite em Si”. O slogan traduz bem a concepção de desenvolvimento local como um “*processo de valorização interactiva e sustentável das pessoas e do território*” (Moreno: 2002) .

A defesa da tese de que os processos de desenvolvimento local promovem a educação de adultos tem constituído motivo de debate e reflexão. A aposta em iniciativas que privilegiam o protagonismo das pessoas, que consideram essencial a identificação participada dos problemas, que entendem o desenvolvimento como um processo global nas suas esferas económica, cultural e social, constituem as bases de defesa, no pensamento e na acção. Aquilo que parece estar em causa são as potencialidades da auto-formação, das situações educativas não formais, da relação muito directa entre socialização e aprendizagem e a valorização daquilo que as pessoas sabem como ponto de partida para construírem a sua autonomia, que é o mesmo que dizer, para se desenvolverem.

Perfil da Rota do Guadiana

A Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado é uma entidade privada sem fins lucrativos constituída por cerca de 60 associados, dos quais 12 são sócios colectivos. Criada em 1992, assume-se ela própria como uma iniciativa de desenvolvimento local, construída com base em parcerias locais e interinstitucionais, de que são exemplo Autarquias Locais, Escolas Profissionais, Associações de Desenvolvimento, IPSS's, Colectividades Recreativas e Culturais, etc. . Com sede social em Serpa, elegeu a Margem Esquerda do Guadiana como território prioritário de intervenção. Ao longo dos seus anos de actividade de animação sócio-económica e de promoção de inovação, a Rota do Guadiana, realizou e apoiou a realização de projectos, que permitiram a criação líquida de postos de trabalho, enquadrados em diversas áreas de intervenção e cuja visualização e localização no território está acessível através da página www.rotaguadiana.org

³ Aprender Fora da Escola – Percursos de Formação Experencial, 2002, EDUCA – FORMAÇÃO.

⁴ Idem.

As grandes áreas de intervenção são: a animação económica, a cultura e ambiente, a educação, formação e certificação de competências, a inserção social, profissional e animação comunitária e os serviços de apoio aos agentes locais. A entidade está acreditada desde 1995, como entidade formadora, nos domínios da concepção, organização e promoção, desenvolvimento /execução e outras formas de intervenção e desde 2001, como centro de reconhecimento, validação e certificação de competências. Em termos de participações externas destacam-se várias entidades como sejam a ANIMAR, a REAPN, a IDEIA Alentejo, a ADRAL, a ACVER, entre outras.

A formação para a inclusão – uma necessidade de ontem, hoje e amanhã

As características do território e as necessidades das populações que os habitam ditam as práticas de intervenção. Foi em 1995 que a associação veio a desenvolver o primeiro projecto de educação de adultos, ao abrigo do então *Programa Integrar*. Tratou-se de um curso de Corte e Costura, para mulheres desempregadas de longa duração, numa freguesia rural de fronteira com Espanha - Vila Verde de Ficalho. Desde logo deparámo-nos com um conjunto de entraves por parte das formandas, no cumprimento do programa previamente estabelecido, que nos fizeram reflectir bastante sobre o público com quem estávamos a trabalhar, sobre as condições efectivas para aquele grupo de mulheres participar num processo formativo e sobre a adequação da resposta ao perfil do grupo. Desta experiência resultou um conjunto de aprendizagens acerca das necessidades locais que mais tarde se vieram a materializar noutros projectos, nomeadamente o projecto Ombro a Ombro, ao abrigo da Iniciativa Comunitária Emprego, eixo Integra. A experiência ao longo destes últimos quase 20 anos têm-nos permitido verificar que existe necessidade de intervenção, em termos pedagógicos, com públicos desfavorecidos, numa tipologia a que chamamos há alguns anos de *Treino de Competências Pessoais e Sociais*. Esta modalidade de intervenção já foi por diversas vezes implementada, e uma das suas características distintivas é o modelo de formação que combina sessões colectivas em sala com sessões individuais ao domicílio. A última destas acções que desenvolvemos ocorreu com um grupo de mulheres de etnia cigana, ao abrigo da medida 6.1 – Formação para a Inclusão do POPH. Daqui ressalta uma primeira nota para o futuro da educação de adultos no Alentejo – *a necessidade da continuidade de respostas educativas/formativas com funções primordiais ao nível da integração social*. Em muitos casos, como na acção descrita, a formação assume-se como um processo de (re)socialização, em que se trabalham sobretudo conteúdos ao nível das competências pessoais e sociais e se (re)estabelecem laços afectivos e sentimentos de pertença, que são fundamentais para o desagramento da situação de exclusão social. Daqui decorre a convicção que a formação deve continuar a fazer parte de processos de promoção da inclusão social porque as competências básicas de vida diária continuam ausentes nalgumas camadas da população e é fundamental serem adquiridas tendo em vista o exercício pleno da cidadania, onde direitos e deveres devem ser assumidos por todos(as).

Os cursos de educação e formação de adultos – uma modalidade central na qualificação dos adultos no Alentejo

Faz parte da história da Rota do Guadiana a acção pioneira no campo da educação e formação de adultos, tal como nós a vemos hoje, em que simultaneamente são desenvolvidas competências de base (escolares) e tecnológicas (profissionais). Neste âmbito desenvolvemos duas acções de formação inovadoras e que vieram a receber, em 2001, o Prémio Nacional para a Educação e Formação de Adultos, lançado pela ANEFA – com o projecto *Empresas Solidárias – Turmas de 2º Ciclo ao abrigo de currículos alternativos*. Estas acções desenvolveram-se em 1998-99 (na altura em que a ANEFA dava os primeiros passos para se constituir) e partiam da convicção que a formação profissional deveria ter associada uma componente escolar, sob pena de estarmos a investir na qualificação profissional dos adultos sem lhes darmos uma formação de base capaz de suprir as lacunas de quem deixou a escola antes de ter completado pelo menos a escolaridade de nível básico. Uma dimensão importante deste projecto foi a articulação com o Ministério da Educação, que assumiu a componente escolar da formação. Foi neste âmbito que começámos a trabalhar com base no conceito de competências e de saberes adquiridos. Quando em 2002, desenvolvemos o nosso primeiro Curso de Educação e Formação de Adultos, foi à experiência das Empresas Solidárias que fomos buscar alguma inspiração, a par da formação que a então Direcção Geral de Formação Vocacional oferecia às entidades formadoras. Desde então já desenvolvemos mais de 20 cursos de nível básico e secundário. Para o futuro, defendemos a manutenção desta modalidade de educação/formação e gostaríamos que a oferta de cursos de âmbito escolar não fosse exclusiva dos estabelecimentos com autonomia pedagógica, mas antes fosse dada oportunidade para que as entidades privadas, nomeadamente as associações que trabalham neste âmbito pudessem desenvolver esta oferta, já que muitas vezes a escola não responde com a celeridade necessária, comprometendo e fazendo adiar percursos de qualificação dos adultos que optam por esta modalidade.

Orientação – formação – inserção: a necessidade de projectos integrados para os jovens adultos.

Entre 2001 e 2004, testámos, ao abrigo da IC EQUAL, os *percursos integrados de orientação - formação – inserção*, tendo por base o pressuposto que qualquer processo formativo, sobretudo o dos jovens, carece de uma fase de orientação e preparação que é decisiva para a construção de projectos de vida consistentes. Foi com cerca de 50 jovens⁵ que testámos uma metodologia própria, criada para o efeito e que utilizava o balanço de competências, com um enfoque nos gostos e preferências pessoais em confronto com as necessidades pessoais e de

⁵ 50 jovens de 5 entidades envolvidas na parceria territorial Margens de Desenvolvimento, que abrangia os concelhos de Mourão, Barrancos, Moura, Serpa e Mértola : ADEREM - Associação de Desenvolvimento do concelho de Mourão, Município de Barrancos, COMOIPREL – Escola Profissional de Moura, ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola e Rota do Guadiana-ADI.

mercado – *o que sei fazer, o que gosto de fazer, o que preciso aprender, o que gostaria de aprender*. Esta experiência não veio a ter seguimento em processos mais longos e daqui decorre mais uma nota de reflexão para o futuro da educação de adultos no Alentejo. A faixa etária dos 18 aos 24 anos, os chamados adultos-jovens carecem de uma intervenção particular ao nível da orientação e neste campo pensamos que ainda muito está por fazer. O trabalho que actualmente é efectuado pelos Centros Novas Oportunidades aproxima-se do campo da orientação mas falta o reconhecimento pela tutela desta necessidade e a conseqüente criação desta função com metodologias, instrumentos e recursos humanos especializados. A este propósito convém realçar que as necessidades na Margem Esquerda do Guadiana ao nível da orientação vocacional são estruturais, pois faltam agentes de intervenção nas próprias estruturas escolares, que são muitas vezes colmatadas ou complementadas com projectos que as associações desenvolvem para públicos particulares⁶. Em zonas rurais como a nossa em que o abandono escolar faz-se maioritariamente a partir dos 15 anos, atrevemo-nos mesmo a defender que os Centros Novas Oportunidades pudessem intervir com os jovens a partir dos 16 anos, numa metodologia integrada muito próxima da que já foi acima identificada – orientação – formação – inserção. Para tal é igualmente necessário melhor planear e concertar a oferta formativa que se faz na região.

PIPPLEA: uma experiência pioneira no Alentejo

Não são só as pessoas que aprendem com a experiência, são também as organizações, a sociedade e o Estado. Ora acontece que em Portugal, frequentemente não são tidas em conta as experiências anteriores. Neste contexto, faz sentido falar daquele que foi um dos mais importantes programas de formação – emprego existentes na região: PIPPLEA – Programa Integrado de Promoção Local do Emprego no Alentejo, que decorreu em plena fase de transição dos quadros comunitários de apoio (1999 – 2001). As virtudes do programa eram várias: desde logo a possibilidade das associações desenharem programas de formação à medida das necessidades das empresas, envolvendo estes agentes no próprio processo de planeamento e na concepção dos processos formativos. O resultado foi o alcance de taxas de empregabilidade bastante elevadas, no caso da Rota do Guadiana, cerca de 91%. Uma outra virtualidade do programa era a possibilidade de serem criadas Unidades de Apoio à implementação do projecto, que permitiam contratar técnicos para trabalhar com os formandos e as empresas a montante e a jusante da formação. Durante muitos anos, a associação oferecia a possibilidade dos formandos beneficiarem de um acompanhamento pós-formação durante 6 meses gratuitamente. Actualmente já não dispomos desse serviço, mas defendemos

⁶ A Rota do Guadiana tem desenvolvido este trabalho ao nível de públicos desfavorecidos, estando apetrechada ao nível dos recursos humanos e técnicos (baterias de testes) para uma intervenção mais sustentada, mas que não resolve a ausência de psicólogos nas escolas, como é o caso actual do concelho de Serpa.

que ele deve existir, pois alarga as possibilidades de integração no mercado de trabalho, seja pela via do emprego ou do auto-emprego.

Reconhecimento, validação e certificação de competências

Foi na época da ANEFA que tomámos contacto com o conceito de reconhecimento de adquiridos, num projecto nacional mediado na altura pelo ICE - Instituto das Comunidades Educativas de Setúbal. O projecto previa identificar e traçar o perfil de adultos portadores de competências distintivas, reconhecidas localmente de modo informal, mas que não davam lugar a diplomas que permitissem o reconhecimento formal dessas mesmas competências. Na altura identificámos um senhor de Barrancos, analfabeto mas especialista local na matança e desmancha do porco preto.

Em 2001, abre o concurso para a certificação de entidades como encubadoras de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Os resultados foram sabidos a 12 de Setembro desse ano e dava-nos conta que tínhamos ficado em 1º lugar na região e em 13º lugar a nível nacional. Apesar dos resultados, não nos era permitido abrir o Centro RVCC, por questões de distribuição territorial e densidade populacional. Assim, o grau de expectativas criadas nesta sub-região do país viria a revelar-se nulo. Apesar da grande desmotivação que tal situação gerou não abdicámos de construir o nosso percurso em matéria de educação de adultos. Neste contexto é extraordinariamente importante falar do 2º concurso, em 2002, onde mais uma vez ficámos em 1º lugar. Contudo, só em 2004, nos foi possível apresentar pedido de financiamento ao PRODEP para o efeito.

É num contexto de experiência feita de 10 anos que nasce – a 4 de Maio de 2004, o então Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências da Margem Esquerda do Guadiana.

Foi um dia memorável, especialmente o momento solene com a participação de quem apadrinhou, desde o início, este projecto – o Professor e amigo Alberto Melo, o Dr. José Alberto Leitão, então vogal da DGFV e o Dr. José Sesinando da Câmara Municipal de Serpa.

Iniciámos a nossa actividade em 2004 com o nível básico, tendo como cenário o edifício recém-inaugurado do nosso centro, em Serpa. Aqui, embora de forma centralizada, trabalhamos com públicos provenientes das várias localidades do concelho de Serpa bem como de outros concelhos (incluindo Barrancos, Beja, Moura, Feijó/Almada, entre outros).

Em 2005 estendemos a nossa intervenção aos concelhos de Barrancos, Mértola e Moura, onde, para além do diagnóstico, realizámos alguns grupos de Processo RVCC, através da prática de itinerância (em Sobral da Adiça, Amareleja, Santana de Cambas e Barrancos).

Em 2006 esta prática estendeu-se à maioria das localidades do concelho de Serpa, nas quais angariámos um número significativo de inscrições, nomeadamente em Vale de Vargo, Brinches, Pias, Vila Nova de S. Bento e Vila Verde de Ficalho.

No final do ano de 2006, com a abertura de outros CNO na Margem Esquerda do Guadiana, passámos a ter uma intervenção mais pontual no concelho de Moura e Mértola.

É neste ano que é aprovado o Decreto-Lei nº 213/2006, de 27 de Outubro, que veio a determinar a extinção da Direcção-Geral da Formação Vocacional e sua substituição pela Agência Nacional para a Qualificação, I. P., sob a tutela e superintendência conjuntas dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e emprego e formação profissional.

A 12 de Janeiro de 2007, a portaria nº 86, altera a portaria nº 1 082-A/2001, de 5 de Setembro, que cria uma rede nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centros RVCC), instituindo a Iniciativa Novas Oportunidades e oficializando o alargamento do Sistema RVCC para o nível secundário de educação de adultos.

A 12 de Março de 2007, a Rota do Guadiana abre as inscrições para o nível secundário e em Outubro desse ano inicia o 1º grupo experimental de nível secundário que integrou adultos provenientes dos concelhos de Beja, Moura e Serpa. Traçar o perfil do adulto para um processo de rvcc de nível secundário foi o principal desafio da altura. Quando sentimos que o nosso trabalho a este nível estava de certa forma consolidado, demos início a novos grupos, alguns noutras localidades do concelho de Serpa, outros noutros concelhos, nomeadamente Barrancos.

É neste ano também que assinamos protocolo com Universidade do Algarve tendo como objectivo a homologação dos certificados emitidos. Este protocolo viria a durar dois anos, data em que a UALG encerra o seu CNO. A partir de Janeiro de 2010, os certificados e diplomas passaram a ser homologados pelo Agrupamento nº 3 Santiago Maior, de Beja, escola com a qual a Rota do Guadiana assinou protocolo. De 2007 para 2008, o CNO experienciou ainda a transição do QCA III (2000-2006) para o QREN (2007-2013) e a conseqüente passagem do co-financiamento do PRODEP III para o POPH. A transição trouxe melhorias incontestáveis, desde logo a possibilidade das entidades apresentarem o seu Plano Estratégico de Intervenção e orçamento para 24 meses, ao invés dos anteriores 12 meses, possibilidade que em muito contribuiu para a estabilização das equipas de trabalho. Em Maio de 2008 é publicada a Portaria n.º 370, dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, que vem regular a criação e o funcionamento dos **Centros Novas Oportunidades**. Este período é ainda marcado pela introdução do *SIGO – Sistema de Informação e Gestão de Ofertas*, como um novo dispositivo de apoio à gestão de clientes e das oportunidades, constituindo-se como uma nova plataforma de informação ao dispor dos CNO que, gradualmente, foi ganhando espaço em termos de uso diário, e que em muito contribuiu para a transparência interna/externa dos processos e para o reforço do trabalho em rede.

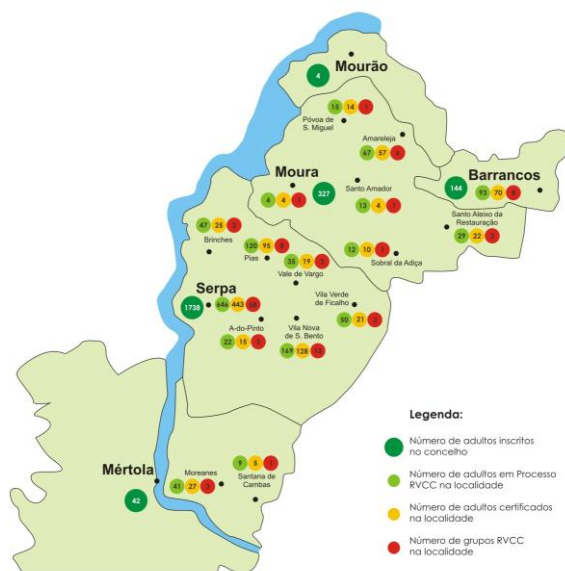
Com o novo quadro comunitário de apoio, a Agência Nacional para a Qualificação – ANQ anuncia ainda outras novidades e melhorias ao Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. A criação de uma nova figura dentro do corpo técnico dos CNO – o Técnico de Acolhimento, Diagnóstico, Triagem e Encaminhamento, a sua formação e a edição do manual de apoio à intervenção neste domínio, foram das mais marcantes deste período.

Em 2009, nova melhoria é anunciada, desta vez com enfoque na auto-avaliação dos CNO. A parceria entre a Universidade Católica Portuguesa (UCP) e a ANQ permitiu aos CNO uma dinâmica de discussão e reflexão interna orientada por consultores externos que permitiu fazer um primeiro retrato da situação de cada um e traçar um plano de acções de melhoria para 2010. O ano de 2010 marca o fim da 1ª fase da Iniciativa Novas Oportunidades e o presente ano é de arranque de novas metas estimadas até 2015. Embora nada de concreto se saiba, há rumores de que a sistema nacional rvcc irá sofrer profundas alterações, quer no que respeita à missão dos CNO, quer no que respeita aos públicos e metas a atingir. Para já e de palpável podemos testemunhar uma maior articulação entre os CNO e as estruturas públicas locais de emprego, formação e inclusão social (Centros de Emprego, Centros de Formação Profissional, Núcleos Locais de Inserção) com uma viragem substancial para os destinatários. Com efeito, se até ao momento a maioria dos públicos que se dirigiam aos CNO eram activos empregados, hoje a maioria dos que nos procuram estão desempregados e recebem apoios sociais estatais. A qualificação escolar e profissional destes públicos adivinha-se como um trabalho exigente quer em termos de metodologias de trabalho quer em termos de metas expectáveis, já que se tratam de pessoas em grande medida atingidas por outros problemas, que não só a ausência de qualificação escolar e profissional. Contudo, o perfil e experiência de trabalho da Rota do Guadiana com públicos desfavorecidos constitui uma mais valia, em termos experienciais, que a formação interna e externa dos elementos da equipa pode ajudar a consolidar tendo em vista a realização de um trabalho consistente e proveitoso para ambas as partes.

No final do ano de 2010 contávamos com os seguintes números:

- 2303 adultos inscritos
- 1372 adultos integrados em 114 grupos de Processo RVCC
- 959 adultos certificados.

Actualmente a nossa intervenção continua a incidir quer no nível básico quer no nível secundário e, para além de todas as localidades do concelho de Serpa, mantemos uma intervenção de cariz mais permanente no concelho de Barrancos.



Impacto dos Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências na vida dos adultos

A avaliação do impacto que o processo RVCC teve na vida de cada adulto certificado é uma prática corrente no nosso Centro Novas Oportunidades. Anualmente são aplicados questionários ao telefone, seis meses após a sessão de júri de certificação. A título exemplificativo, de seguida apresentamos os resultados relativos a 137 adultos (70 homens e 67 mulheres) certificados total ou parcialmente entre Julho de 2009 e Junho de 2010.

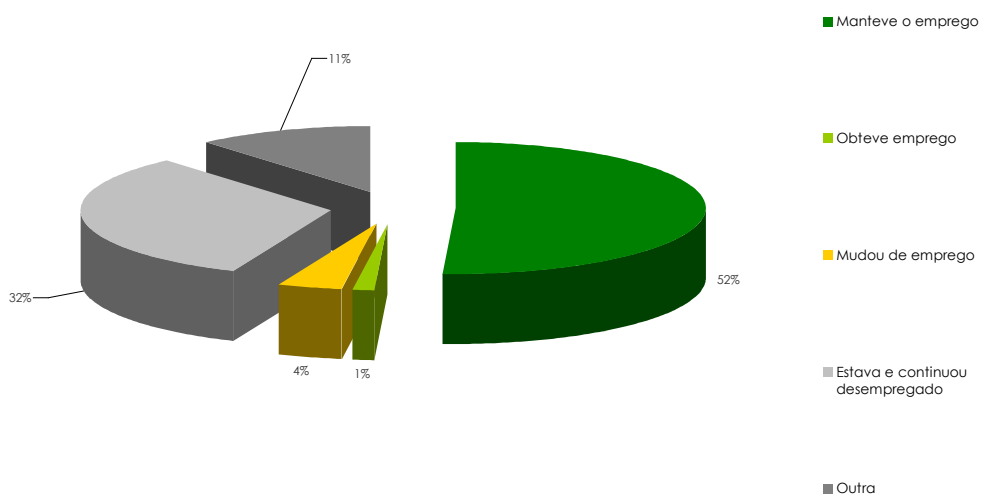
A análise efectuada procura perceber os impactos em 3 dimensões: prosseguimento de estudos, obtenção de qualificação profissional e mudanças profissionais.

- Prosseguimento de estudos: 39% dos homens e 38% das mulheres investiram no prosseguimento de estudos;
- Qualificação profissional: 49% dos homens e 54% das mulheres obtiveram qualificação profissional;
- Mudanças profissionais: 12% dos homens mudaram de emprego e nenhum obteve emprego após a certificação; no caso das mulheres, duas obtiveram emprego e uma mudou de emprego.

Mudanças Profissionais por situação face ao emprego

As mudanças profissionais ocorridas no universo dos adultos certificados são pouco expressivas e representam apenas 5% do universo. A maioria (52%) tinha emprego e manteve-o; os que estavam desempregados (32%) continuaram nesta situação. Os restantes 11% encontram-se noutra situação (nomeadamente em situação de aposentação ou a frequentar formação).

Gráfico XLI:
Situação face ao emprego



Da análise dos dados percebe-se que o Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências apresenta-se como um dispositivo forte e impulsionador da mudança social. Mesmo que os impactos ao nível do emprego sejam pouco significativos, outras dinâmicas se instalam, como sejam, a criação de predisposição para prosseguir com o processo de qualificação escolar ou profissional. Este aspecto é extremamente importante pois permite concretizar o desafio da Aprendizagem ao Longo da Vida e tornar os dispositivos de educação de adultos mais atractivos e sustentáveis. Por outro lado, e não menos importante surge a dimensão pessoal do impacto do processo rvc. Auto-estima e auto-confiança são as palavras de força que melhor transmitem os benefícios pessoais do processo. Desta forma, estamos a contribuir para uma sociedade mais *in* formada e mais confiante nas suas capacidades, duas condições indispensáveis para um desenvolvimento equilibrado e sustentável da região.

Notas de reflexão para pensar o futuro dos Centros Novas Oportunidades ou da educação de adultos no Alentejo

√ Os antigos Centros RVCC e agora Centros Novas Oportunidades constituem uma rede de entidades públicas e privadas, cuja diversidade constitui um dos seus aspectos mais fortes e que portanto importa manter;

√ A rede de parcerias alcançadas, a lógica de funcionamento em rede e o forte enraizamento local das entidades têm sido fundamentais para a consolidação destas estruturas locais e seu reconhecimento enquanto agentes locais de educação de adultos;

√ Os centros Novas Oportunidades carecem, actualmente, da atribuição de novas funções porque o mercado para o qual estão vocacionados tende a esgotar-se; em simultâneo surgem novas necessidades (sinalização/orientação dos jovens a partir dos 16 anos, qualificação profissional dos detentores do 12º ano) e assiste-se à manutenção de necessidades de qualificação não satisfeitas, como é o caso dos analfabetos;

√ A orientação – formação – inserção de jovens poderia assumir-se como uma nova valência dos Centros Novas Oportunidades, especialmente, os que se situam em meio rural, onde escasseiam dispositivos de apoio para este público-alvo;

√ As entidades responsáveis pelos CNO devem manter uma perspectiva alargada de aprendizagem ao longo da vida, recorrendo aos diversos meios existentes para atrair novos candidatos com necessidades novas que emergem como desafios para as equipas;

√ A excessiva politização das políticas educativas dirigidas à população adulta, como foi o caso da Iniciativa *Novas Oportunidades*, tem prejudicado bastante a credibilidade do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências;

√ As associações de desenvolvimento local têm dado mostras da sua capacidade de montagem de um serviço, ou seja da implementação de uma política nacional num espaço local, com efectiva participação dos agentes desde a fase de planeamento;

√ A capacidade local tem igualmente sido demonstrada na capacidade de articulação e integração entre diversos instrumentos de política, trazendo conteúdo à expressão "construção de iniciativas de desenvolvimento local em espaço rural", a qual é naturalmente expressão fundamental do desenvolvimento rural.

Bibliografia:

CAVACO, Carmén (2002) Aprender fora da Escola – Percursos de Formação Experiencial. Lisboa – EDUCA;

MORENO, Luís (2002) Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes. Lisboa. FLUL. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana.

ROTA DO GUADIANA (2010) Relatório de Execução Anual do Centro Novas Oportunidades, Policopiado.